

ARTICULANDO A REDE DE PROTEÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Stéphane Figueiredo de Sousa*

Adriana dos Santos Barbosa**

Renata Maria Florêncio Azevedo***

Vicente Francelino da Silva Neto***

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar diferentes nuances da violência contra crianças e adolescentes a partir de um relato de experiência de um projeto de extensão que objetivou trabalhar com a prevenção da violência contra crianças e adolescentes. A motivação para realizar esse projeto surgiu da necessidade de trabalhar a prevenção da violência contra a criança e o adolescente, dando visibilidade à questão e construindo coletivamente ações de prevenção e combate. Para a efetivação do mesmo, foram realizados palestras e rodas de conversas que tiveram como público alvo professores, crianças e adolescentes de escolas do município de Patos. A partir das atividades realizadas pelo Projeto de extensão, buscou-se instrumentalizar e capacitar à comunidade escolar, para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes, pois entendeu-se que a violência sofrida por eles poderia ser identificada, enfrentada e prevenida através de ações dentro do ambiente escolar. Nesse sentido, a escola, atuou como rede de proteção constituindo-se em um espaço de grande potência na transformação desta realidade.

Palavras-chave: Prevenção da violência contra a crianças e adolescentes, escola, rede de proteção.

ABSTRACT

This article presents different nuances of violence against children and adolescents from an experience report of an extension project aimed to work with the prevention of violence against children and adolescents. The motivation for this project came from the need to work to prevent violence against children and adolescents, giving visibility to the issue and collectively building prevention and combat. For the realization of the same, lectures and conversations wheels were made that had as target teachers, children and adolescents from Patos county schools. From the activities of the extension project, he sought to equip and empower the school community for the prevention of violence against children and adolescents, because it was understood that the violence suffered

by them could be identified, addressed and prevented through actions within the school environment. In this sense, the school served as protection network consisting in a great space power in the transformation of this reality.

Keywords: Prevention of violence against children and adolescents, school, safety net.

*Psicóloga e Professora Mestra do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos.

** Psicóloga Especialista em Saúde Mental do Centro de Referência em Assistência Social do município de Patos-PB.

*** Graduandos do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos (FIP).

Introdução

O presente artigo, objetiva abordar os diferentes tipos de violência contra crianças e adolescentes, construindo uma reflexão acerca da temática, bem como apresentar os resultados de uma intervenção realizada a partir do projeto de extensão, “Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: articulando a rede de proteção”. Dentre as ações propostas pelo projeto, incluem-se a identificação das formas de violências contra crianças e adolescentes e a articulação da rede de proteção (escola) para enfrentamento dos diversos tipos de violência.

Nas últimas décadas, o fenômeno da violência sexual infantil vem se apresentando como um problema de ordem social despertando a preocupação tanto do poder público quanto da sociedade civil brasileira. Historicamente, o domínio do mais forte sob o mais fraco sempre foi exercido sob as diversas formas de poder, nas diferentes esferas da sociedade. Dentre elas, a violência contra crianças e adolescentes, constitui-se como um fenômeno universal de domínio do mais forte, construído socialmente e fundada em crenças, valores, padrões e permissões de determinadas épocas e culturas (SOMA, 2014; SANTOS, 2009). Em vista disso no Brasil, era percebido um certo grau de complacência social, no que diz respeito aos casos de maus tratos, devido a crença de que os cuidadores tem direito ilimitado sobre a criança.

Neste sentido, a violência contra criança e adolescentes foi contextualizada por diferentes conjunturas no decorrer da história, assumindo diferentes representações e conceituações. Expandindo-se também, a violência sexual contra crianças, que também sofreu transformações conceituais importantíssimas à medida que são reconhecidos os direitos sexuais da infância. Em vista disso, começaram a surgir no Brasil nos anos 80,

organizações de defesas de direitos e de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência, o que deu mais visibilidade ao tema da violência sexual contra esses sujeitos (SANTOS, 2009)

Na década de 90, um novo paradigma no trato com crianças e adolescente foi estabelecido, com a aprovação do projeto de lei do Estatuto da criança e adolescente (federal 8.069/90), tanto na ordem jurídica quanto institucional, estabelecendo limites à ação do Estado, do Juiz, da polícia, dos adultos e mesmo dos pais (CRUZ & DOMINGUES, 2011). Assim, o ECA estabelece que nenhuma criança ou adolescente pode sofrer maus tratos: descuido, preconceito, exploração ou violência (PORTAL BRASIL, 2014). Tal paradigma representou para sociedade brasileira a uma nova consciência de que as crianças e os adolescentes têm “o direito de terem direitos”, e mais, possibilitou a criação de parâmetros para aferir as violações em escala maciça, gerando assim, instrumentos legais para o enfrentamento dessas violações (SANTOS, 2009).

Em decorrência dessas lutas, houve a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSIJ), resultado dos esforços do governo federal juntamente com organizações não-governamentais e organismos internacionais. O Plano foi aprovado pelo Conanda no mesmo ano e passou a integrar o conjunto de diretrizes básicas para formulação de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Outra conquista foi a aprovação pelo Congresso Nacional a lei que institui o dia 18 de maio como o “Dia Nacional de Luta pelo fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes” (NUNES, 2013).

Destarte, considera-se abuso sexual contra criança e adolescente toda situação em que uma criança ou um adolescente é utilizado para gratificação sexual de pessoas, geralmente mais velhas ou que assumem uma posição de controle e poder. Assim, embora o abuso sexual seja geralmente realizado por pessoas mais velhas, têm crescido o número de casos, onde o abusador tem idade próxima ao abusado. Neste caso, a assimetria é estabelecida por formas de poder que não a etária (SANTOS, 2009; NUNES, 2013). O abuso ocorre por meio de contatos físicos (carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros) ou sem contatos físicos (exposição obrigatória de material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada, dentre outros) (NUNES, 2013).

Essas práticas podem ocorrer, ser intrafamiliar e extrafamiliar. O abuso intrafamiliar ou incestuoso ocorre dentro do ambiente doméstico, no qual o abusador exerce uma função de confiança, cuidado e poder em relação à criança. O abuso extrafamiliar é perpetrado fora das relações familiares, envolvendo, por exemplo, vizinhos ou desconhecidos e os casos de pornografia infantil e exploração sexual comercial (HABIGZANG & CAMINHA, 2004; KOLLER & DE ANTONI, 2004; HABIGZANG, RAMOS & KOLLER, 2011).

Neste sentido, deve-se explorar a importância e o trabalho da rede de proteção para a prevenção da violência sexual. Em um sentido etimológico, segundo Habigzang, Azevedo, Koller, e Machado, (2006) o termo "rede" é derivado do latim, que significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Loiola & Moura (1997, p. 54) ao analisarem as definições de redes e tomando como referência este sentido apontam que os fios e as malhas dão a forma básica da rede e, que os fios podem corresponder às linhas ou às relações entre atores e organizações, os quais representariam as malhas ou os "nós".

Faleiros (2001) diferencia as entre redes primárias e secundárias, onde o mesmo ressalta a importância de sua articulação na formulação de estratégias para o enfrentamento de questões sociais, como por exemplo a violência sexual em crianças e adolescentes. Na perspectiva do autor, as redes sociais primárias são constituídas por todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida. Cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho, organizações das quais participa: políticas, religiosas, socioculturais, dentre outras.

Já as redes sociais secundárias seriam aquelas formadas por profissionais e funcionários de instituições públicas ou privadas; organizações sociais, organizações não governamentais, grupos organizados de mulheres, associações comunitárias e comunidade. Estas teriam a incumbência de fornecerem atenção especializada, orientação e informação. (FALEIROS, 2001)

De acordo com o estudo de Grossi, Tavares, e Oliveira, (2008), pensar e agir em rede é desafiante. Isso se dá, devido à provocação existente, quanto ao questionamento de antigas matrizes de aprendizagem, instigando a compreender o novo, a mudar. As associações e federações de entidades sociais já há muito tempo, no entanto, elas são

fundadas em moldes muito semelhantes aos das próprias entidades, com suas estruturas hierarquizadas, estatutos burocratizados e com poucos diretores e conselheiros realmente ativos.

Schlithler (2010) entende as redes de proteção como meta e meio de transformação, porque além de seus objetivos serem sempre transformadores, o ato de formar e fazer parte de uma rede desperta o protagonismo que possui um efeito multiplicador. Nesse sentido, a escola é uma instituição que integra a Rede de Proteção e tem a responsabilidade de junto aos outros agentes da rede identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante, de acordo com a necessidade e gravidade do caso, com a proposição de ações preventivas.

A escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar que privilegia na rede de atenção à criança e ao adolescente, exerce um papel central na construção da cidadania desses indivíduos. Por isso, deve assumir o papel de protagonista na prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência a eles impingidas. E para isso, os educadores precisam conhecer, reconhecer e saber agir diante de quaisquer indícios.

Amparo, Galvão, Alves, Brasil, e Koller, (2008) afirma que quanto ao reconhecimento, essa é uma habilidade que pode ser desenvolvida por meio da educação do olhar e da escuta. Ver e ouvir são habilidades fundamentais, essenciais e indispensáveis para interromper o ciclo de violência contra as crianças e adolescentes. Os estudantes dão sinais e pistas. Basta ficar atento e interessar-se para identificar e ajudar a corrigir, principalmente recorrendo às ferramentas e instâncias existentes. Ao notificarem os casos de abuso e acompanharem o desdobramento da denúncia, os professores não apenas cumprem o seu papel de educadores, como também passam a exercer o pleno sentido da cidadania ativa, contribuindo para que a rede de proteção à criança e ao adolescente funcione e se fortaleça.

Método

O presente estudo trata-se de um relato de experiência de um projeto de extensão que objetivou trabalhar com a prevenção da violência contra a criança e o adolescente. Participaram do projeto crianças e adolescentes que estudavam em escolas do município de Patos e os professores. Os participantes foram definidos em conjunto com a equipe diretiva da escola, tendo em vista o seu conhecimento sobre as situações de violência e

sinais de maus-tratos aos quais estas crianças e adolescentes estão expostas. Foram utilizadas como técnicas de intervenção: palestras, oficinas com as crianças, os adolescentes e os professores.

Resultados e Discussões

Sabe-se que a partir do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSIJ) há o eixo da prevenção, que trata da importância da participação ativa na escola nesse processo, tendo esta a função de promover ações que levem crianças e adolescentes a terem conhecimento de seus direitos e assegurar, ações preventivas contra a violência sexual (LÍRIO, LEMOS e ROCHA,2011). A partir deste eixo, começou-se a trabalhar, dentro do Projeto de Extensão, com ações voltadas para instrumentalização e capacitação da comunidade escolar, com o intuito de prevenir a violência, pois entendeu-se que a violência sofrida por eles poderia ser identificada, enfrentada e prevenida através de ações dentro do ambiente escolar.

Diante do exposto, na primeira etapa do projeto foi realizado um diagnóstico da realidade do público alvo (crianças e adolescentes) através da observação dos participantes nas oficinas lúdicas realizadas em sala de aula com estes e através de entrevista focalizada sobre a temática da violência em reuniões com os professores. De acordo com Gandin (2009), o diagnóstico possibilita um desvendar da realidade, retratando um recorte do tempo vivido pelos sujeitos e seus cotidianos e apresentando suas vivências, projeções e perspectivas futuras. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se buscou identificar a realidade existente e descrevê-la através de uma contextualização dos fatos, proporcionou-se alternativas de superação e melhorias na qualidade de vida deste segmento. A partir do diagnóstico brevemente referido, foram iniciadas as atividades intervencionistas com a finalidade de atender as demandas levantadas.

Após a realização do diagnóstico referido, iniciamos a segunda etapa do projeto com a criação de um cronograma de ações a serem desenvolvidas e foram iniciadas as atividades intervencionistas com a finalidade de atender as demandas levantadas. Em cada encontro, após a apresentação e discussão de temáticas relacionadas à violência, os alunos foram estimulados a relatar situações do dia a dia sobre as quais gostariam de obter esclarecimentos com o objetivo de superar as dificuldades e orientar a tomada de

decisões. De acordo com Dejours (2004), é fundamental proporcionar um espaço de discussões no qual o grupo relata suas vivências positivas e negativas, com o intuito de tornar visível seus esforços, em busca da superação dos desafios do cotidiano, compartilhando dúvidas, fracassos e buscando coletivamente estratégias de soluções para os problemas levantados. A partir dessa intervenção, os indivíduos saem do individualismo e da solidão que levam ao adoecimento e constroem juntos alternativas para resolução das situações conflituosas.

Após a segunda etapa do projeto, viu-se a necessidade de trabalhar também com os professores, já que estes têm papel fundamental a desempenhar por terem contato diário com as crianças e os adolescentes. De acordo com pesquisas realizadas por Brino e Willians (2003), em 44% dos abusos sexuais praticados contra crianças e adolescentes, o professor é a primeira pessoa a saber. Diante de tal constatação, percebeu-se a necessidade de conscientizar os professores acerca da importância de garantir boas práticas de proteção infantil e que a escola, de maneira geral, possa fornecer um ambiente seguro no qual as crianças tenham a possibilidade de falar sobre suas experiências sem serem estigmatizadas.

Sendo assim, foram realizadas atividades com os professores proporcionando momentos reflexivos a partir de rodas de conversas com destaque para a importância de serem desenvolvidas ações preventivas dentro da escola, para que esta possa ser inserida de forma efetiva na Rede de Proteção.

Acredita-se que ao fazer parte da rede de proteção a escola tem a possibilidade de potencializar sua atuação tornando-a mais abrangente e multidisciplinar, uma vez que a mesma se articulará com um conjunto de atores de diversas outras instituições que têm o mesmo foco temático na consecução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente

Considerações Finais

A partir da experiência proporcionada pelo projeto de extensão “Crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade: articulando a rede de proteção”, foram proporcionados momentos de reflexões e discussões acerca da violência contra crianças e adolescentes, possibilitando, a partir destas intervenções, propor soluções de problemas crônicos de ordem social em um espaço rico em possibilidades, valorizando

e colocando em ação o saber de toda comunidade escolar. A partir das intervenções realizadas no âmbito escolar, pôde-se perceber que as escolas e os professores podem assumir a responsabilidade na educação de crianças e adolescentes sobre a violência sexual e de como podem proteger da melhor forma. É de fundamental importância que toda a comunidade escolar seja treinada de maneira adequada acerca da violência sexual, não apenas em termos das complexas questões envolvidas, mas também do impacto que pode causar na criança ou no adolescente. Nesse sentido, os professores têm mais chances de conhecer melhor a criança e o adolescente e serem os primeiros a identificar mudanças de comportamento.

A conclusão é a de que para se garantir a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário tornar essa temática uma prioridade para toda a sociedade. As crianças e os adolescentes têm direito à segurança e à proteção, o que pode ser reforçado com a providência de informações precisas sobre os assuntos relacionados à violência sexual separando o fato da ficção. O acesso à informação serve para prover os adultos do conhecimento que lhes permite proteger efetivamente crianças e adolescentes.

Referências

AMPARO, D. D., GALVÃO, A. C. T., ALVES, P. B., BRASIL, K. T., & KOLLER, S. H. (2008). Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 165-174.

BRINO, R.F; WILLIANS, L.C.A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Autores Associados, Julho, 2003.

CRUZ, O. P., & DOMINGUES, A. L. (2011). *O significado da luta pela aprovação do estatuto da criança e do adolescente e a avaliação de sua aplicação*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/andreeosafa.pdf>.

DEJOURS, C. (2004). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Em S. Lancman & L.I. Sznalwar (Org.), Christophe Dejourns - *Da Psicopatologia À Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 47 - 104). Rio de Janeiro: Fiocruz.

FALEIROS, V. P. (2001). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

GANDIN, D. *A Prática do Planejamento Participativo*. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GROSSI, P. K., TAVARES, F. A., & DE OLIVEIRA, S. B. (2008). A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Athenea digital*, (14), 267-280.

HABIGZANG, L. F., AZEVEDO, G. A., KOLLER, S. H., & MACHADO, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 379-386.

HABIGZANG, L. F., & CAMINHA, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

HABIGZANG, L. F., RAMOS, M. D. S., & KOLLER, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 467-473.

KOLLER, S. H., & DE ANTONI, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. Em Koller, S.H. (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LOIOLA, E. e MOURA, S. A (1997). *Economia Globalizada e o Desenvolvimento Revisitados*. Gestão em Debate, Salvador: NPGA/EAUFBA.

NUNES, A. P. C. P. (2013). *O abuso sexual contra crianças e suas expressões na legislação brasileira* (Trabalho de conclusão de curso). Brasília: Universidade de Brasília.

PORTAL BRASIL (20014). *Estatuto da criança e do adolescente completa 22 anos de avanços no direito*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/07/vinte-e-dois-anos-de-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>

ROCHA,G.O.R., LEMOS, F.C. e LIRIO, F.C. (2011). Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. *Cadernos de Educação*,38,259-287.

SANTOS, B. R. dos G. (2009). *Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual*. São Paulo : Childhood - Instituto WCF-Brasil

SCHLITHLER, C. R. (2010). Redes Intersetoriais de Desenvolvimento Comunitário. *Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social*.

SOMA, S. M. P., & WILLIAMS, L. C. D. A. (2014). Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: uma revisão de estudos. *Temas em Psicologia*, 22, 353-361. Doi: 10.9788/TP2014.2-07.